

INV 021931

SIG G

LIB



Ministério da Educação e do Desporto  
Secretaria de Educação Especial - SEESP

MEMÓRIA DA REUNIÃO TÉCNICA -

**“A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O MERCOSUL”**

**PERÍODO: 16 a 25 de novembro de 1995**

- Janeiro/1996 -

## SUMÁRIO

1. Projeto "A Educação Especial e o MERCOSUL"
2. Aviso Ministerial encaminhando aos ministros da educação da Argentina, Paraguai e Uruguai.
3. Agenda
4. Relação dos participantes
5. Resultados da reunião técnica realizada nos dias 17 e 18 de dezembro de 1995
  - 5.1 - ARGENTINA: - Panorama da Educação Especial  
- Situação Atual da Educação para o Trabalho de Pessoas Portadoras de Deficiência
  - 5.2 - BRASIL: - Panorama da Educação Especial  
- Situação Atual da Educação para o Trabalho de Pessoas Portadoras de Deficiência
  - 5.3 - PARAGUAI: - Panorama da Educação Especial  
- Situação Atual da Educação para o Trabalho de Pessoas Portadoras de Deficiência

#### **5.4 - URUGUAI - Panorama da Educação Especial**

**- Situação Atual da Educação para o Trabalho de  
Pessoas Portadoras de Deficiência**

#### **5.5 - Conclusões e propostas de ação na área de educação para o trabalho de pessoas portadoras de deficiência**

**5.5.1 - ARGENTINA**

**5.5.2 - BRASIL**

**5.5.3 - PARAGUAI**

**5.5.4 - URUGUAI**

**6. Apreciação Técnica do consultor da OIT - Dr. Antônio Lacal Zucco quanto  
as ações desenvolvidas pelos países do MERCOSUL, na área de educação  
para o trabalho de pessoas portadoras de deficiência.**

**7. Relação das Instituições visitadas**

**8. Resultado da avaliação das visitas realizadas, efetuado pelo consultor da  
OIT e pelos integrantes dos países do MERCOSUL**

**9. Acordo de cooperação técnica horizontal entre os países do MERCOSUL na  
área da educação especial**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL  
MEC/SEESP

Reunião Técnica e Programa de Visitas  
“Educação Especial e o Mercosul”  
16 à 25 de novembro de 1995  
Brasil.

*PROGRAMA GLOBAL*

AGENDA\*

16/11/95 - Deslocamento a Brasília/DF.  
(5ª feira) Hospedagem: Carlton Hotel  
Setor Hoteleiro Sul - Quadra 5 - Bloco G  
CEP 70.300-300 - Brasília/DF. - Brasil  
Telefones: (0055)(61)224-8819 e 223-7182  
Fax.: (0055)(61)226-8109

17/11/95  
(6ª feira)  
- 9:00 - 10:00

- ABERTURA
- . Secretária de Educação Especial  
Prof.ª Marilene Ribeiro dos Santos.
- . Diretor da OIT/Brasil  
Dr. João Carlos Alexim
- . Chefe da Assessoria para Assuntos  
Internacionais  
Ministra Heloisa Vilhena de Araújo
- . Ministro da Educação e do Desporto  
Dr. Paulo Renato Souza.

\* Agenda sujeita a alteração exceto as datas.

- 10:00 - 13:00 - Apresentação do Funcionamento da Educação Especial nos países do MERCOSUL
- 10:00 - 10:45 - Argentina
- 10:45 - 11:30 - Paraguai
- 11:30 - 12:15 - Uruguai
- 12:15 - 13:00 - Brasil
- 13:00 - 15:00 - ALMOÇO
- 15:00 - 17:30 - Apresentação do funcionamento da Educação para o Trabalho nos países do MERCOSUL
- 15:00 - 15:45 - Argentina
- 15:45 - 16:30 - Paraguai
- 16:30 - 16:45 - intervalo
- 16:45 - 17:30 - -Apreciação Técnica dos trabalhos apresentados pelos Consultores da OIT.

**18/11/95 -  
(sábado)**

- 9:00 - 12:00 - Apresentação do funcionamento da Educação para o Trabalho nos países do MERCOSUL

- 09:00 - 09:45 - Uruguai

- 09:45 - 10:30 - Brasil

- 10:30 - 10:45 - Intervalo

- 10:45 - 12:00

-Apreciação Técnica dos trabalhos apresentados pelos consultores da OIT.

- 12:00 - 13:30 -

- Almoço.

- 13:30 - 16:30 -

- Conclusão dos Trabalhos ( elaboração de documento apresentando recomendações das ações de Educação para o Trabalho).

\* Coordenação dos Especialistas da OIT.

19/11/95 -  
(domingo)

- Dia em Brasília

20/11/95 -  
(2ª feira)

- 08:00 - 12:00 -

- Visita à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal - APAE/DF.

-Deslocamento para Goiânia/GO.

21/11/95 -  
(3ª feira)

- 08:00 - 12:00 -

- Visita à Sociedade Pestalozzi de Goiânia/GO.

- Deslocamento para São Paulo/SP.

**22/11/95 -  
(4ª feira)**

**- 9:00 - 12:00 -**

**- Visita a uma Empresa particular, em São Paulo, que absorve mão de obra portadora de necessidades especiais**

**- Deslocamento para Florianópolis/SC.**

**23/11/95 -  
(5ª feira)**

**- 9:00 - 12:00 -**

**- Visita à Fundação Catarinense de Educação Especial / SC.**

**- Tarde livre**

**24/11/95 -  
(6ª feira)**

**- 9:00 - 17:30 -**

**- Reunião de Avaliação.  
Local: Delegacia do MEC em Santa Catarina.**

**- 9:00 - 10:00 -**

**. Apreciação pelo consultor da OIT e demais participantes sobre as visitas realizadas no Brasil.**

**- 10:00 - 11:00 -**

**. Escolha do próximo tema a ser discutido, do país que sediará a reunião e a provável data de realização.**

**- 11:00 - 14:00 -**

**. Almoço**

**- 14:00 - 17:00 -**

**. Elaboração de um Termo de Cooperação**

- 17:00 - 17:30 -

. Encerramento

- Secretária de Educação Especial.

- Delegado do MEC/SC.

25/11/95 -  
(sábado)

- Deslocamento aos locais de origem.

arq.reuniao.doc

#### 4. RELAÇÃO DE PARTICIPANTES

NOME	LOCAL DE TRABALHO	ENDEREÇO	TELEFONE/FAX
BRASIL Marilene Ribeiro dos Santos	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO "L" SALA 600 - BRASÍLIA/DF CEP: 70.047.901	(061) 214 8651 226 8672 FAX: 321 9398
BRASIL Maria Aparecida F. Brito	MINISTÉRIO DO TRABALHO - MTB - SECRETARIA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL - SEFOR	ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO SALA 752 BRASÍLIA/DF	FONE: (061) 226 4007 317 5445
BRASIL Maria Helena Alcântara de Oliveira	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DO DF (APAE) - DIRETORA TÉCNICA E VICE-PRESIDENTE	AV. W3 508 SUL - BLOCO "C" SALAS DE 10 A 16 BRASÍLIA/DF	FONE: (061) 244 1083 244 4019
BRASIL Maria de Fátima Cardoso Telles	MEC/SEESP PROFESSORA	ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO "L", SALA 611 - BRASÍLIA/DF	FONE: (061) 214 8635
BRASIL Maria Francisca Ferreira Trujillo	MEC/SEESP - TÊC <sub>2</sub> EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO "L" - SALA 613 - BRASÍLIA/DF	FONE: (061) 214 8635
BRASIL Lizair de Moraes Guarino	FEDERAÇÃO NACIONAL DAS SOCIEDADES PESTALOZZI	1) RUA ODILIO BAULOR, 48 - URCA - RIO DE JANEIRO 2) ESTRADA CAETANO LINTÉRIO, 857 - PENDOTIBA - NITERÓI/RJ	FONE: (021) 541 4338 FAX: 542 2991 FONE: (021) 6161114 FAX: 61 61116
BRASIL Ivana de Siqueira	MEC/SEESP	ESPLANADA DOS MINIST. BLOCO "L" - 6º - SALA 600	FONE: (061) 214 8651
BRASIL Rosa Maria C.T. de Azeiteiro	INSS/DRP	ANEXO DO MPAS - ALA B - 2º ANDAR - SALA 254	FONE: 321 6122 317 5547

NOME	LOCAL DE TRABALHO	ENDEREÇO	TELEFONE/FAX
URUGUAI Teresita Gonsáles de Tantesio	Diretora Geral de Adultos y Cursos Especiales.	San José 934 - Montevideo - Uruguay Oastoriza 1407/403	Tele fax: 93-06-44 FONE: 79-82-81
URUGUAI Jose Ayala	Inspector de Educacion Especial	Juan Carlos Gomez 1314/03 Montevideo Uruguay Part. Colorado, 1580	Telefax: 958912 Fone Part.:282 22 59
PARAGUAI Lidia Edith Amarilla González	Diretora Nacional de Educação Especial	Grupo Hab. Aeropuerto 270 15 de agosto / Victor Haedo	fone: 493863 fone particular: 673081 telefax: 449919
PARAGUAI Concepcion Gallo	Técnico Assessor Departamento de Educação Especial do MEC	Austria 2253 Assuncion 15 de agosto y PARAGUAI Victor Haedo	fone particular:602-367 MEC:493-863
BRASIL João Pedro de Moura	Ministério da Justiça Secretaria dos Direitos da Cidadania - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE.	Esplanada dos Ministérios Bloco B - 7º andar Brasília - DF	Telefax: (061) 2258806 2253307
BRASIL Conceição de Maria Corrêa Veigas	Federação Nacional da APAEs Coordenadora Técnica e Artes.  APAE - DF - Coordenadora no Núcleo Cooperativo da Asa Norte	Venâncio IV - Cobertura Brasília - DF  EQN - 710/911 - Lote "E" - Asa Norte - Brasília/DF	fone: (061) 2249922 fax: 3219922  fone: (061) 3470460 2741397
BRASIL Julcelina Freança Teixeira	Ministério da Educação e do Desporto - Secretaria de Educação Média e Tecnológica - Coordenadora Geral de Ensino	Esplanada dos Ministérios - Bloco "L" sala 416 - Brasília - DF	fone: (061) 214 88 13 fax: (061) 225 6674
ARGENTINA Valassina Sara	Ministério de Cultura y Educacion - Dirección de Relaciones Sectoriales	Pizzurno 935 1º Piso Of 17/18 - Buenos Aires - Argentina	FONE: 541 - 812 2924 812 0564

NOME	LOCAL DE TRABALHO	ENDEREÇO	TELEFONE/FAX
BRASIL Dejanir Ficher	Assistente Técnico	SQN- 316 - Bloco H Apt. 309 Brasília - Brasil	FONE: (061) 274 3759
ARGENTINA Antonio Lacal Zuco	Consultor Rehab. Prof.	- Rivadavia 5560 6° A - Bs- Aires Argentina  - O.I.T - Brasília - Setor Embaixadas Norte	FONE: 541 432 4266
BRASIL Cynthia Losso Prudente	Ministério da Educação e do Desporto - Secretaria de Educação Especial - Chefe de Divisão	Esplana dos Ministérios - Bloco "L" - 6° Andar - Brasília/DF	FONE: 55-61- 214 8638 55-61 -985 1708

5. Resultados da Reunião Técnica nos dias 17 e 18 de dezembro de 1995.

5.1 - Argentina

5.2 - Brasil

5.3 - Paraguai

5.5 - Uruguai

. Arquivados na Secretaria de Educação por se tratarem de publicações volumosas.

## 5.5.1 - ARGENTINA

### República Argentina

Informe sobre as condições da formação e capacitação para o trabalho na área da Educação Especial.

### Evolução Histórica

Se pode destacar o ano de 1891, como o do início da formação laboral na Argentina, para as pessoas com deficiência. Os Institutos que atendiam pessoas cegas e surdas, incorporaram oficinas de carpintaria, sapataria, encadernação e outras.

Atualmente, podemos observar que na maior parte das províncias e na municipalidade de Buenos Aires existem Centros de Formação Laboral destinados a atenção de pessoas com deficiência, pertencentes ao Sistema Educativo e supervisionados pelas Direções ou Coordenação de Educação Especial.

As ações destas instituições estão a cargo de equipes multidisciplinares, tendo-se desenvolvido guias curriculares para cada uma das oficinas implantadas. Progressivamente estão adotando estratégias, com o propósito de vincular aos alunos com condições reais de trabalho, mediante projetos de estágios, residências laborais e formação alternada empresa-centro.

Se procura, assim mesmo, ajustar os programas às exigências do mercado de trabalho e favorecer a adoção de métodos ocupacionais que permitam o aproveitamento das capacidades básicas dos alunos.

Atualmente a Argentina se encontra imersa em um profundo processo de mudanças educativas. A implementação gradual da Lei Federal de

Educação demandará grandes esforços para se consolidar a transformação desejada.

A referida Lei instituiu, para as pessoas com necessidades educativas especiais que se deverá “oferecer uma formação individualizada, normalizadora e integradora, orientada para o desenvolvimento integral da pessoa e a uma capacitação para o trabalho que lhe permita sua incorporação ao mundo do trabalho e da produção”.

Com este panorama a formação para o trabalho na Educação Especial se redefine com uma dupla função.

- por um lado dar respostas através de seus próprios serviços a todos os alunos que pela complexidade de suas necessidades educativas necessitam de uma preparação especialmente diferenciada. Não obstante, está deverá procurar manter uma estreita vinculação com as condições reais de trabalho através de programas de estágio, trabalho assistido em pequenas empresas, etc:

- por outro lado apoiar ao aluno integrado na escola comum, promovendo diferentes estratégias de integração na formação para o trabalho de maneira que este seja em processo contínuo e coerente.

Se procura promover a integração laboral em escolas técnicas, centros de formação profissional, escolas de capacitação em sindicatos, escolas de capacitação municipal, etc.

As alternativas apresentadas requerem uma série de intervenções multilaterais na procura de uma coordenação efetiva entre as áreas de educação, ação social e trabalho.

RECOMENDAÇÕES QUE A EDUCAÇÃO ESPECIAL  
DEVERIA INCORPORAR PARA A CONCRETIZAÇÃO DESTAS AÇÕES.

- As escolas de Educação Especial e os Centros de formação laboral, promoverão na comunidade e com as organizações do país, a necessidade de constituir nas instituições um programa que assegure o ingresso ao mundo do trabalho dos alunos egressos.
- Os projetos laborais de Educação Especial procurarão coordenar com organismos governamentais e não governamentais os convênios e normativas específicas que regulem adequadamente a integração ao mercado de trabalho.

## 5.5.2 - BRASIL.

### 1. Situação Atual

Embora o Brasil disponha de suficiente legislação protetiva e incentivadora ao emprego de pessoas portadoras de deficiências, a prática deixa a desejar.

Um país com dimensões continentais e com uma diversidade muito grande de problemas no campo do sistema produtivo, apresenta, ainda assim, experiências exitosas significativas do ponto de vista quantitativo nos serviços de referência organizativa e funcional para o atendimento às pessoas portadora de deficiências.

Outro aspecto a ser ressaltado é a positiva parceria entre governo e sociedade civil organizada na operacionalização de ações de educação profissional. Dispomos de uma rede pública de ensino especial que passa por um processo de redirecionamento, com vistas ao encaminhamento de seus alunos para as entidades representativas das pessoas portadoras de deficiência e/ou instituições de formação profissional, que por sua vez, ainda de forma insuficiente, preparam estes alunos para o mercado competitivo de trabalho

O processo abrange três etapas distintas:

1ª etapa: preparação para o trabalho, que pode ocorrer nas oficinas pedagógicas em instituições governamentais e não governamentais. Essas oficinas têm como o objetivo a formação integral do portador de deficiência. Aí são desenvolvidas atividades acadêmicas, práticas e complementares.

2ª etapa: qualificação ou capacitação profissional feita através de cursos profissionalizantes existentes na comunidade e/ou através de treinamento (estágio) em serviço, direto nas empresas.

3ª etapa: inserção do portador de deficiência no mercado competitivo e/ou protegido de trabalho.

O trabalho protegido é realizado dentro de instituições não-governamentais, fora do contexto escolar. Observa-se, entretanto, que na maioria dos estados brasileiros, onde existe esse serviço, não existe a preocupação com o estudo do mercado consumidor, nem tampouco com as potencialidades do portador de deficiência. Essa situação, entretanto, já começa a se reverter em alguns estados.

## **2. O Que Nos Propomos**

- . Efetiva aplicação das leis de amparo ao portador de deficiência.
- . Revisão dos currículos da educação básica, voltada para a formação de um indivíduo útil e produtivo.
- . Reestruturação dos programas de preparação para o trabalho.
- . aplicação do programa reestruturado experimentalmente em 05 estados brasileiros, acompanhamento, avaliação dos resultados, adequação e universalização do mesmo.
- . Definição das competências do poder público no processo de profissionalização do portador de deficiência.
- . Distinção das funções das oficinas protegidas com caráter terapêutico/educacional e com caráter profissionalizante, definindo quais os profissionais que devem atuar nessas modalidades.

- . Capacitação dos profissionais que atuam nas 03 etapas do processo educacional profissionalizante.
- . Definição de uma linha de financiamento para os programas profissionalizantes.
- . Promoção de programas de seleção e qualificação profissional para capacitar recursos humanos em gerência comercial e relações empresariais.

### **3. Cooperação Técnica Científica no Marco do MERCOSUL.**

- . Possibilidade de estágios na área de profissionalização.
- . Estabelecer programa de intercâmbio de legislação, de propostas curriculares, eventos e publicações.
- . Instituição de uma concessão que coordene a continuidade da proposta.

Para operacionalização de todas as propostas é necessário estabelecer parcerias com:

- . sindicatos de empregadores e empregados
- . poder público
- . organizações não-governamentais

### 5.5.3 - PARAGUAI

#### 1. Situação Atual

Paraguay

#### Educação para o Trabalho das Pessoas Portadoras de Deficiências

Desde o momento que se oficializa a Educação Especial no Paraguai, se iniciam os Programas dirigidos ao desenvolvimento de habilidades manuais como etapa prima para a formação profissional.

Conforme a necessidade dos usuários se foram criando oficinas dentro das estruturas das escolas especiais.

No ano de 19981 o departamento de Educação Especial realizou um estudo sobre a demanda ocupacional das localidades onde existiam programas desta área, para fins de reorientar o funcionamento das oficinas existentes e expandir a criação de outros, com base nos resultados obtidos com o apoio das ONGs, de pais e de associação de pessoas com deficiência.

Com o propósito de desenvolver estes Programas se criou a Unidade de Habilitação Ocupacional, vinculada ao Ministério da Educação, encarregada da supervisão técnica, promoção dos serviços, capacitação de recursos profissionais e avaliação de programas.

Atualmente se conta com 70 Programas de formação profissional nos 17 Departamentos do País.

O objetivo da Educação Especial na área de formação profissional é o desenvolvimento pleno das potencialidades através de uma preparação que lhes permita inserir-se de maneira produtiva ao trabalho de sua comunidade, ao desenvolvimento de sua independência pessoal e autorrealização; a coordenação com o meio laboral para a formulação de ações de formação e

orientação na colocação; a capacitação de profissionais da área; o trabalho com os pais para o apoio na colocação profissional; promoção da criação de novos serviços por parte das ONG, associação de pais e de pessoas com deficiência; promover e coordenar a formação profissional em locais da própria comunidade.

A formação profissional das pessoas com deficiência se baseia nos princípios de normatização com base da integração, da individualização, da setorização, da interdependência e capacitação.

A Constituição Nacional garante a Educação e o Trabalho das pessoas com dependência. A reforma educativa garante a igualdade de oportunidades para todos e que se qualifiquem profissionalmente conforme as suas potencialidades para contribuir com seu trabalho na melhoria do nível e qualidade de vida de todos os habitantes do país. Assim mesmo, a Lei do INPRO (Instituto Nacional de Proteção de Pessoas Excepcionais) considera entre suas funções a orientação e formação profissional além de promover sua incorporação ao meio laboral.

O processo de formação profissional se inicia desde a Educação inicial, compreendendo as etapas de:

- . aprendizagem manual: desenvolvimento de habilidades e hábitos para o trabalho manual.
- . pré-profissionalização: orientação vocacional com base nos interesses, atitudes, habilidades e demanda sócio laboral.
- . profissionalização: formação específica para ingresso imediato.

Se conta com um guia curricular que orienta o desenvolvimento das áreas de formação realizando análises de tarefas selecionadas, seguindo normas e seqüências que formulam o perfil de preparação e saída para o meio laboral.

Os programas estão a cargo de professores de orientação manual para a etapa de aprendizagem e de instrutores para as etapas de pré-profissionalização e profissionalização.

Existem outras modalidades de capacitação laboral tais como o treinamento em postos de trabalho, outros cursos que realizam as Associações de Pessoas com Deficiências e a formação em Instituições “comuns” do meio.

## **2. O Que Nos Propomos**

Atualmente a área de Habilitação Ocupacional se encontra em fase de reestruturação tendendo a:

- reorientar o modelo tradicional de formação-produção protegida para uma formação polivalente que lhes permita atuar em diferentes contextos e possibilite a imediata inserção ao meio laboral de sua comunidade e em condições o mais normalizadas possíveis, que se considere a pessoa como um produto inacabado de forma que se promova sua permanente capacitação para conservar seu trabalho e progredir na empresa.
- articular com o meio laboral de forma a elaborar propostas de formação e orientação quanto a colocação profissional;
- trabalhar com os pais para a organização de empresas protegidas ou outras formas não competitivas, assim como com as associações de pessoas com deficiência.
- articular com a comunidade para a formação profissional em centros não específicos, naqueles promovidos pelas empresa ou naqueles de responsabilidade do Ministério do Trabalho.
- capacitação dos profissionais da área para mudar as atitudes protecionistas e para aprimorar sua formação.

#### 5.5.4 - URUGUAI

##### **1. Situação Atual**

- A situação atual do Uruguai no que se refere a Educação para o Trabalho de pessoas com deficiência demonstra que desde muitos anos existem enfoques e propostas que atendem esta realidade.
- O Uruguai foi um dos primeiros países que ratificaram o Convênio 159 da - OIT.
- Conta com um instrumento legal que regula um percentual de postos de trabalho destinados a pessoas portadoras de deficiência.
- As Escolas Especiais possuem serviços de Habilitação Ocupacional que permite através de diferentes modalidades de oficinas ir preparando este coletivo para o ingresso no mercado de trabalho.
- Em coordenação com o Conselho de Ensino Técnico e Profissional os alunos com necessidades educativas especiais podem frequentar os cursos de capacitação, em regime de tolerância quanto às matérias teóricas, recebendo ao seu término um certificado com validade.
- Existe a figura de um profissional que apoia a pessoa portadora de deficiência integrada no mercado de trabalho, assistindo-a mediante a chamada "colaboração assistida ou apoiada".
- Estão em funcionamento projetos de capacitação profissional que se desenvolvem em condições iguais a da produção de uma empresa ou indústria, de forma a garantir uma boa capacitação laboral.

##### **2. O Que Nos Propomos**

- Aprofundar as coordenações interinstitucionais, tanto a nível público como

6 - APRECIACÃO TÉCNICA DO DR. LACAI.

Até a presente data não chegou a esta Secretaria.

- Promover a criação de uma comissão intersetorial para avaliar o estado atual da inserção laboral e estabelecer linhas de ação e estratégias comuns que facilitem sua implementação.
- Criar espaços de trabalho que permitam ao egresso do Sistema Formal Público, a partir dos 18 anos através da criação de micro-empresas, cooperativas e outras com apoio dos pais, a abertura de novos campos de trabalho.
- Capacitação de pessoal, no marco da reforma educativa.

**FLORIANÓPOLIS - Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE**

Rua Paulino Pedro Hermes, 2785

Bairro N. S. Rosário - São José - SC

Tel: (0482) 46 1622 - Ramal: 124/125

FAX: (0482) 46 1316

Florianópolis, 25 de novembro de 1995.

Relatório: A Educação Especial e o MERCOSUL."

Primeira parte: Críticas

A reunião técnica de encerramento do evento: "A Educação Especial e o MERCOSUL" realizou-se na sede da DEMEC em Florianópolis onde os participantes receberam as boas-vindas por parte do Delegado de Educação daquela DEMEC, o qual fez uma breve apresentação da Educação Especial no Estado.

Cynthia Losso (representante do MEC/SEESP) deu continuidade aos trabalhos, lembrando a programação do dia e as atividades desenvolvidas durante a semana.

O Dr. Antônio Lacal (consultor da O.I.T.) iniciou a coordenação dos trabalhos e falou da importância de todos os participantes serem da área da qual eram representantes.

A professora Sara (representante do Ministério da Educação da Argentina) levantou a dificuldade encontrada pelo uso das diversas terminologias durante o evento. Dr. Lacal sugeriu a adequação de terminologias para todos os países, uma vez que o evento visa à cooperação técnica entre os mesmos. O primeiro ponto de acordo deve ser a uniformização da terminologia utilizada.

Houve discordância do resumo apresentado, por parte dos representantes do Uruguai e do Paraguai. O Dr. Antônio Lacal lembrou aos participantes a importância de manter uma ética profissional durante o evento.

- Brasil: falou sobre as dificuldades encontradas pelas instituições que não podem se tornar cooperativas, devido às dificuldades encontradas legalmente. Há consciência da dificuldade, porém não se está superando as mesmas.
- Uruguai: endossou os mesmos pontos levantados pelos outros países. Enfatizou a falta de clareza nos objetivos apresentados na APAE.
- OIT: relembrou o conceito de cooperativa.

#### **PESTALOZZI - Goiânia**

- OIT: a Instituição têm 5 anos de funcionamento. Há um contrato de emprego com a Telegoiás, onde há sub-contratante de serviço. Não há muita possibilidade de emprego competitivo.
- Argentina: bom ambiente de trabalho e apresenta trabalho protegido. Deveria garantir continuidade através da Educação e depois deixar por conta do trabalho.
- Paraguai: não ficou claro o contrato de trabalho, vê a necessidade de uma diversidade de atividades na mesma linha. A Instituição avança para o lado de empresa protegida.
- Brasil: quando se têm pessoas deficientes, deve-se abrir em duas vertentes: o mercado produtivo e uma alternativa para aqueles que não podem ser absorvidos pelo mesmo.

- Uruguai : um bom lugar de trabalho para desenvolver a proposta. Observa a importância de variar as atividades desenvolvidas (principalmente na tapeçaria).

### **Centro de Reabilitação**

- OIT: observou que o Centro de Reabilitação de Goiânia não é um centro de educação para o trabalho.

- Argentina: vê as atividades desenvolvidas no Centro como passos para o aperfeiçoamento.

- Paraguai: concordou com a Argentina e pensou que o trabalho ainda é muito "protetor".

- Brasil: A Instituição não apresenta maiores perspectivas na área do trabalho e por isso os alunos permanecem por muito tempo fazendo atividades artesanais. Entretanto os alunos já estão preparados para o trabalho e podem ser lançados no mercado de trabalho e melhorar o nível de salários através do sub-contrato.

- Uruguai: o trabalho se tornou muito simples, por falta de ousadia da administração da instituição.

- OIT: o trabalho poderia ser mais aproveitado se fosse explorado em outras áreas.

### **AVAPE- São Paulo Setor de Informática**

A empresa foi fundada há 10 anos e presta serviços às multinacionais.

- Uruguai: vê como empresa real, e considera positiva. Não ficou clara a integração dos alunos na grande empresa. Ficou clara a questão da valorização dos salários e das pessoas.

- OIT: cada vez mais a grande empresa às pequenas empresas as suas necessidades.

- Brasil: a empresa teve visão de futuro e explorar ao máximo a capacidade dos deficientes. É muito comum a terceirização do trabalho na informática. As pessoas portadoras de deficiência mental que trabalham na empresa não são muito comprometidas.

- OIT: as condições de trabalho realizadas na empresa, teoricamente, estão bem.

- Paraguai: observou que a empresa possui fins lucrativos, gostou do sistema, porém não ficou clara a filosofia da empresa

- Brasil: explicou a diferença entre as Instituições com fins lucrativos e sem fins lucrativos.
- Argentina: viu um bom efeito de integração já que 50% dos empregados são deficientes e os outros 50% são normais. O que vale é a competência.
- OIT: WOLKS e FORD (Autolatina). No restaurante atuam 21 pessoas portadoras de deficiência mental e auditiva, as quais trabalham como ajudantes de cozinha, faxineiros e o salário é o triplo do salário mínimo.
- Uruguai: há uma boa integração dos deficientes.
- Brasil: gostou do trabalho, da qualidade de emprego e salário.
- Paraguai: viu o trabalho como sendo o futuro de uma boa organização e de uma boa preparação.
- Argentina: a eficiência da empresa é fruto de uma boa organização.

### **Centre de Reabilitação**

O centro é especializado em crianças (conta com 54) e tem convênios com outras empresas.

-Uruguai: o centro possui todos os técnicos necessários e apresenta um trabalho muito positivo.

- Brasil: não ficou bem clara a proveniência dos recursos. Possui mais características de clínica.

- Paraguai: o centro não está dentro dos serviços oferecidos pelo país, possui uma boa organização e vê que o trabalho deve ser feito através dos país.

- Argentina: apresenta característica de clínica

### **Outro setor da Wolks**

A empresa AVAPE atua na Wolks através de cantinas e bancas de revistas.

- Uruguai: tudo está dentro das outras experiências relatadas.

\_ Brasil e Paraguai: endossam o que foi dito pelo Uruguai.

\_ Argentina: destacou a importância da participação de todos e o apoio do sindicato

\_ OIT: frisou a importância da empresa por receber apoio do sindicato.

### **Centro de Treinamento (São Bernardo)**

O Centro de Treinamento é propriedade da AVAPE, possui assessoria de treinamento e funciona em três turnos. Os cursos são acelerados e vão de três a seis meses de duração. É um serviço modelo.

- Uruguai: o centro é uma verdadeira empresa e apresenta como ponto positivo a participação de outras pessoas da comunidade.

- Brasil: a apresentação física do centro é mais de empresa do que de escola. As pessoas possuem uma postura profissional.

- Paraguai: há seriedade no treinamento.

- Argentina: é um centro de treinamento para o trabalho competitivo e é muito bem organizado.

### **Fundação Catarinense de Educação Especial - Florianópolis**

**Apresentação da Fundação (pelo diretor).**

O objetivo da Fundação é traçar a política de Educação Especial para o Estado de Santa Catarina, definindo e acompanhando o processo. O Estado de Santa Catarina foi o 2º a implantar a Educação Especial no país.

A Fundação possui serviços que visam à Educação e à Capacitação de professores e a preparação para o trabalho.

A Instituição possui várias unidades de atendimento, entre as quais a UNET que é a unidade responsável pela preparação profissional. Trabalha para o Estado através de 22 integradoras (157 APAEs).

A Fundação acompanha e dá apoio às outras Instituições, enquanto enfrenta problemas de ordem financeira, falta de autonomia (depende da Fundação Educacional) e perda de técnicos por motivos de baixo salário. Para cada área existe um gerente (coordenador que cria grupos de estudo).

### Críticas

- Uruguai: vê a dificuldade de se administrar uma Instituição tão ampla; elogiou porém a contribuição para o desenvolvimento científico, embora faltem normas de segurança nas oficinas de trabalho.
- Paraguai: tirou dúvidas sobre o aspecto estrutural da Fundação.
- Brasil (diretor da Fundação): apresentou as dificuldades encontradas e falou da necessidade de atuar com instrumentos mais modernos.
- OIT: recomendou a utilização de material mais leve nas oficinas e o estudo de diversos métodos para a valorização dos trabalhos.
- Brasil: uma das grandes dificuldades encontradas é a falta de entendimento entre a Fundação e as APAEs.

## II Etapa

- Próximo tema:

- País a sediar: o Paraguai se candidatou e sugeriu a última semana do mês de setembro.

- O Brasil justificou a escolha do tema atual, dizendo que o mesmo foi de acordo com as necessidades encontradas aqui. Sugeriu que o próximo tema fosse: "O Papel da Educação Especial na Formação Profissional da Pessoa Portadora de Deficiência".

- A Argentina viu o I Encontro como diagnóstico para a Educação Especial. Apresentou como sugestão para o próximo encontro o tema: "O Melhoramento da Educação para o Trabalho e a Definição dos Papéis da Profissionalização". Sugere a participação de agentes do trabalho e serviço social, visando um maior confronto entre a teoria e prática.

- OIT: recomenda que se tenha um idéia clara daquilo que se pretende para a criança no mundo do trabalho. O professor deve estar sempre atualizado quanto ao mundo do trabalho e desde o primeiro grau as crianças devem ser instruídas e orientadas para o mundo do trabalho e as normas de segurança do mesmo. Os alunos da Educação Especial precisam começar a receber essas orientações ao ingressar na escola.

**FLORIANÓPOLIS, 24 DE NOVEMBRO DE 1995.**

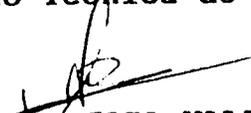
Representantes dos Ministérios da Educação (Setor de Educação Especial) da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, reunidos em Florianópolis/SC, em cumprimento à agenda de trabalho do Evento " A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O MERCOSUL", levantaram os seguintes tópicos de cooperação técnica horizontal que serão apresentados aos titulares dos respectivos países, de forma a assegurar sua inclusão nas discussões do Mercosul Educativo.

O presente acordo se propõe a:

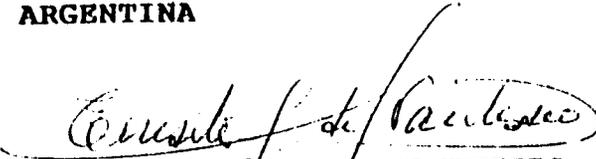
- 01 - Promover gestões de forma que em todas as agendas de trabalho do Mercosul Educativo seja incluído o tema "Educação Especial", nos diferentes níveis e modalidades de Educação Geral;
- 02 - Buscar a equivalência da conceituação e terminologia utilizadas pela Educação Especial nos distintos países;
- 03 - Realizar uma análise comparativa dos marcos normativos que sustentam a atenção educativa das pessoas portadoras de deficiência, com vistas a embasar a configuração de futuros acordos de cooperação;
- 04 - Promover um intercâmbio de procedimentos e estratégias exitosas decorrentes da aplicação dos marcos normativos;
- 05 - Realizar intercâmbio de resultados científicos, novas tecnolo-

(6)

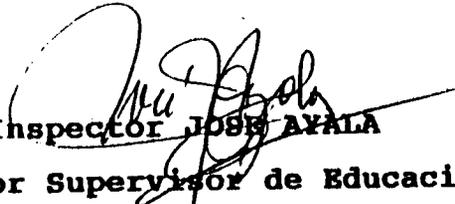
- 06 - Incorporar a temática relativa à Educação Especial, na rede de informações do Mercosul Educativo;
- 07 - Recomendar a inclusão de profissionais da Educação Especial nos Programas de Cooperação Técnica do Mercosul Educativo.

  
Professora SARA VALASSINA

Coordinadora Proyectos Especiales  
Ministerio de Cultura y Educación  
ARGENTINA

  
Inspectora TERESITA GONZÁLES DE TANTESSIO  
Directora General de Adultos y Cursos Especiales  
Administración Nacional Educación Pública  
Ministerio de Educación y Cultura

URUGUAY

  
Inspector JOSÉ AYALA

Inspector Supervisor de Educación Especial  
Consejo de Educación Primaria  
Administración Nacional Educación Pública  
Ministerio de Educación y Cultura

URUGUAY

  
Professora IVANA DE SIQUEIRA

Psicóloga

(5)

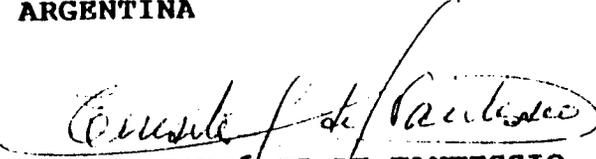
06 - Incorporar a temática relativa à Educação Especial, na rede de informações do Mercosul Educativo;

07 - Recomendar a inclusão de profissionais da Educação Especial nos Programas de Cooperação Técnica do Mercosul Educativo.

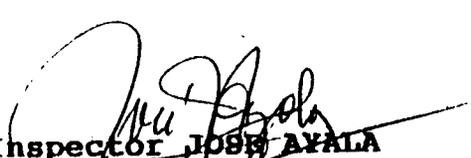
  
Professora SARA VALASSINA

Coordinadora Proyectos Especiales  
Ministerio de Cultura y Educación

ARGENTINA

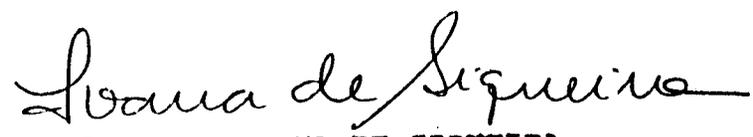
  
Inspectora TERESITA GONZALES DE TANTESSIO  
Directora General de Adultos y Cursos Especiales  
Administración Nacional Educación Pública  
Ministerio de Educación y Cultura

URUGUAY

  
Inspector JOSÉ AYALA

Inspector Supervisor de Educación Especial  
Consejo de Educación Primaria  
Administración Nacional Educación Pública  
Ministerio de Educación y Cultura

URUGUAY

  
Professora IVANA DE SIQUEIRA

Psicóloga

Secretaria de Educação Especial  
Ministério da Educação e do Desporto

BRASIL

(10)

*Cynthia*  
**Professora CYNTHIA LOSSO PRUDENTE**  
**Chefe da Divisão de Aprimoramento da Educação Especial**  
**Secretaria da Educação Especial**  
**Ministério da Educação e do Desporto**

BRASIL

*Lidia*  
~~Licenciada LIDIA EDITH AMARILLA GONZALES~~  
**Directora do Departamento de Educación Especial**  
**Ministerio de Educación y Culto**

PARAGUAY

*Concepcion*  
**Licenciada CONCEPCION GALLO DE ROJAS**  
**Assessora Tecnica do Departamento de Educación Especial**  
**Ministerio de Educación y Culto**

PARAGUAY

*Antonio*  
**Professor ANTONIO LACAL ZUCO**  
**Consultor da OIT**

~~FLORIANÓPOLIS~~, 24 DE NOVEMBRO DE 1995.

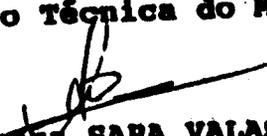
Representantes dos Ministérios da Educação (Setor de Educação Especial) da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, reunidos em Florianópolis/SC, em cumprimento à agenda de trabalho do Evento " A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O MERCOSUL", levantaram os seguintes tópicos de cooperação técnica horizontal que serão apresentados aos titulares dos respectivos países, de forma a assegurar sua inclusão nas discussões do Mercosul Educativo.

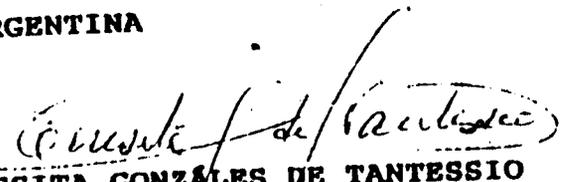
O presente acordo se propõe a:

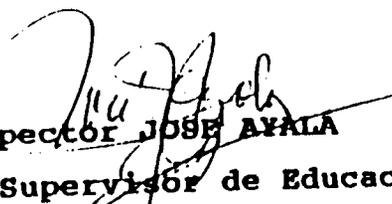
- 01 - Promover gestões de forma que em todas as agendas de trabalho do Mercosul Educativo seja incluído o tema "Educação Especial", nos diferentes níveis e modalidades de Educação Geral;
- 02 - Buscar a equivalência da conceituação e terminologia utilizadas pela Educação Especial nos distintos países;
- 03 - Realizar uma análise comparativa dos marcos normativos que sustentam a atenção educativa das pessoas portadoras de deficiência, com vistas a embasar a configuração de futuros acordos de cooperação;
- 04 - Promover um intercâmbio de procedimentos e estratégias exitosas, decorrentes da aplicação dos marcos normativos;
- 05 - Realizar intercâmbio de resultados científicos, novas tecnologias, publicações técnicas e eventos relativos à Educação Especial;

06 - Incorporar a temática relativa à Educação Especial, na rede de informações do Mercosul Educativo;

07 - Recomendar a inclusão de profissionais da Educação Especial nos Programas de Cooperação Técnica do Mercosul Educativo.

  
Professora SARA VALASSINA  
Coordinadora Proyectos Especiales  
Ministerio de Cultura y Educación  
ARGENTINA

  
Inspectora TERESITA GONZALES DE TANTESSIO  
Directora General de Adultos y Cursos Especiales  
Administración Nacional Educación Pública  
Ministerio de Educación y Cultura  
URUGUAY

  
Inspector JOSÉ AYALA  
Inspector Supervisor de Educación Especial  
Consejo de Educación Primaria  
Administración Nacional Educación Pública  
Ministerio de Educación y Cultura  
URUGUAY

  
Professora IVANA DE SIQUEIRA  
Psicóloga  
Secretaria de Educação Especial  
Ministério da Educação e do Desporto  
BRASIL

↓